

1 Contexto operacional -

A IGB Eletrônica S.A. "IGB" e suas controladas têm por objetivo as atividades de locação e administração de imóveis industriais e comerciais e receitas de Royalties – arrendamento de marca e equipamentos para a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A "CBTD" para a produção e comercialização de produtos eletrônicos nas linhas de áudio, vídeo, informática e telefonia móvel.

No contexto operacional, a companhia finalizou sua reestruturação e iniciou a locação das plantas industriais de Manaus, encerrou a produção de produtos eletrônicos, arrendou a marca "Gradiente" e equipamentos não mais necessários para a companhia e reduziu drasticamente seus custos fixos.

Com essas medidas, a Companhia busca, além do equacionamento de suas dívidas, a possibilidade de geração de caixa operacional, amortização dos débitos e a retomada da lucratividade operacional.

Desde Maio de 2008, a Companhia vem trabalhando intensamente em amplo programa de reestruturação com o objetivo de reinserir a marca "Gradiente" no mercado brasileiro de eletrônica de consumo através do arrendamento da marca e de equipamentos para a CBTD.

A capitalização da CBTD através da compra de debêntures conversíveis em capital no valor total de R\$ 68.000.000,00 pelo FIB Enseada já foi aprovada pelos seus cotistas através da 5ª Assembléia Geral de Cotistas (AGQ) realizada no dia 13/04/2011 e também conseqüentemente foi assinado entre a IGB Eletrônica S.A e a empresa CBTD o contrato de arrendamento da marca "Gradiente" e de equipamentos necessários para a produção de equipamentos eletrônicos (Áudio, Vídeo, Informática e Telefonia Móvel).

O FIB Enseada devido à capitalização passará a deter 60 % (sessenta por cento) do capital da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (considerando a conversão das debêntures adquiridas pelo FIP Enseada em ações da CBTD) e os atuais acionistas da IGB (minoritários e majoritários) terão direito de participar dos 40% (quarenta por cento) restantes da base acionária da CBTD, sem prejuízo de suas respectivas participações na IGB.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e, ainda, em consonância com os requisitos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, seguindo critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

Na elaboração das demonstrações financeiras, foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da

Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes e às determinações de outras provisões similares. Os resultados reais podem, portanto, apresentar variações em relação a essas estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(b) Ativos e passivos sujeitos à indexação

Os ativos e passivos em reais e contratualmente sujeitos à indexação são atualizados aplicando-se os índices correspondentes. Os ganhos e perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período.

(c) Aplicações financeiras

Demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, não superando seu valor de mercado.

(d) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e entregue. A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota.

(e) Estoques

Avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores aos custos de reposição ou valores de realização.

(f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nos respectivos patrimônios líquidos apurados na mesma data, conforme divulgado na Nota 3.

(g) Imobilizado

Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens.

(h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, quando incidentes, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

(i) Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

(j) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se há eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável.

(k) Ajuste a valor presente

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajuste a valor presente aos ativos e passivos de curtos e longos prazos em atendimento ao previsto no CPC 12.

3 Consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2011 e de 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas diretas, conforme abaixo:

	Participação - %	
	2011	2010
Pókios Armazéns Gerais Ltda.	99,99	99,99
Compañia Tilestar S.A.	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

As demonstrações financeiras das subsidiária no exterior Compañia Tilestar S.A., sediada no Uruguai, foi convertidas para reais conforme a taxa do dólar norte-americano em 30 de Junho de 2011 - R\$ 1,5603 (31 de Março de 2011 - R\$ 1,6279).

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

4 Contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>
Contas a receber	49.958	49.628	49.958	49.628
Provisão para devedores duvidosos	<u>(48.245)</u>	<u>(47.915)</u>	<u>(48.245)</u>	<u>(47.915)</u>
	<u>1.713</u>	<u>1.713</u>	<u>1.713</u>	<u>1.713</u>

A provisão para devedores duvidosos apresenta o montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, com base nas análises individualizadas, por cliente.

5 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>
Produtos acabados e mercadorias para revenda	5.488	5.488	5.488	5.488
Matérias primas	27.855	27.855	27.855	27.855
(-) Provisão para perdas na realização	<u>(31.059)</u>	<u>(31.059)</u>	<u>(31.059)</u>	<u>(31.059)</u>
	<u>2.284</u>	<u>2.284</u>	<u>2.284</u>	<u>2.284</u>

A Companhia está potencialmente sujeita a risco de obsolescência dos estoques devido à descontinuidade de produtos; dessa forma, a Companhia tem constituído provisões para obsolescência dos estoques e de redução ao valor de mercado, cujo saldo em 30 de Junho de 2011 é de R\$ 31.059.

6 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/03/2011	30/06/2011	31/03/2011
Curto prazo				
ICMS (a)				
PIS e Cofins a compensar (b)	228	114	228	114
Compulsório – veículo				
IPI (c)	67	67	67	67
Outros (f)	898	836	898	836
	<u>1.193</u>	<u>1.017</u>	<u>1.193</u>	<u>1.017</u>
Longo prazo				
Taxa da SUFRAMA (d)	66.898	66.898	66.898	66.898
Provisão para realização Taxa Suframa (g)	(66.898)	(66.898)	(66.898)	(66.898)
Carteira de Comércio Exterior - CACEX e outros (e) IPI (c)	8.535	8.532	8.535	8.532
	<u>8.535</u>	<u>8.532</u>	<u>8.535</u>	<u>8.532</u>
	<u>9.728</u>	<u>9.549</u>	<u>9.728</u>	<u>9.549</u>

(a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo compõe-se de créditos gerados nas operações comerciais, de diversas filiais da Companhia, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

(b) PIS e Cofins a compensar

Corresponde ao cálculo dos créditos de PIS e Cofins sobre as depreciações e amortizações devidos.

(c) Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo compõe-se de créditos gerados nas operações de compra de matérias-primas destinadas à reposição para garantia de produtos, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza e de precatório oriundo de processo judicial julgado procedente aguardando o recebimento.

(d) Taxa da SUFRAMA -

O Centro das Indústrias do Estado do Amazonas - CIEAM, ajuizou ação declaratória negativa de relação jurídico-tributária em face da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) com o objetivo de que fosse declarada inconstitucional a taxa cobrada indevidamente sob a denominação de preço público, sem autorização legal e que tinha base de cálculo idêntica a de impostos, como contraprestação pela anuência prévia junto aos órgãos aduaneiros e fazendários estaduais, na área delimitada na Zona Franca de Manaus (Taxa da SUFRAMA). Em 22 de maio de 1996, a Companhia ingressou na ação declaratória coletiva do CIEAM.

Em 3 de fevereiro de 1998, a Ação Declaratória Coletiva foi julgada procedente desobrigando os representados pela CIEAM a pagar a taxa impropriamente denominada de "preço público", em face à sua manifesta inconstitucionalidade. Posteriores recursos e agravos de instrumento interpostos pela SUFRAMA não foram providos, e a matéria foi encaminhada para apreciação pelo Supremo Tribunal Federal - STF.

O STF, ao apreciar a matéria constitucional nos agravos de instrumento interpostos pela SUFRAMA, negou-lhes seguimento. A SUFRAMA ainda interpôs agravo regimental, rejeitado por unanimidade. Ambas as decisões transitaram em julgado, ocorrendo, portanto o trânsito em julgado tanto na Ação Declaratória, quanto na Medida Cautelar.

Para a restituição dos valores cobrados indevidamente, a Companhia ajuizou, em 1o. de fevereiro de 2001, ação de repetição de indébito, requerendo a restituição de todos os valores recolhidos entre junho de 1991 e dezembro de 1999 (processo no. 2001.32.00.000903-7).

Decorrido o trâmite legal, sobreveio a sentença proferida pela juíza federal da 1a. Vara do Amazonas que concluiu ser inconstitucional e ilegal tal cobrança, julgando integralmente procedente a ação da IGB e condenando a SUFRAMA a restituir os valores recolhidos entre junho de 1991 e dezembro de 1999.

Na ação de Repetição do Indébito foi prolatado acórdão pela Sétima Turma do TRF da 1a. Região que, ao julgar o reexame necessário, reconheceu a inconstitucionalidade da exigência, limitando, por maioria de votos, a restituição do indébito aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, conforme acórdão publicado em 12 de maio de 2006.

A Companhia interpôs embargos infringentes quanto ao prazo prescricional e a SUFRAMA interpôs, também, recursos especial e extraordinário, sustentando a legalidade e constitucionalidade da taxa e requerendo a reforma do referido acórdão prolatado pelo TRF da 1a. Região.

Em 30 de março de 2007, os Embargos Infringentes opostos pela Companhia foram providos pela 4a. Seção do TRF da 1a. Região para reconhecer o seu direito de restituir os valores recolhidos a título de taxa à SUFRAMA no período decenal requerido na petição inicial.

(e) Carteira de Comércio Exterior - CACEX e outros

Os valores registrados são oriundos, substancialmente, de repetição de indébito da taxa de expediente cobrada pela CACEX, atual DECEX, foi julgado procedente em 14 de agosto de 2007 e de precatório do FINSOCIAL oriundo de processo judicial julgado procedente aguardando o recebimento.

(f) Outros

O saldo composto dos créditos originários da cobrança da não-cumulatividade (PIS e COFINS), foi compensado com outros tributos federais, e o saldo de precatório do FINSOCIAL e compulsório de combustível, são oriundos de processos judiciais que foram julgados procedentes e estão aguardando recebimento.

7 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de Junho de 2011 e de 31 de Março de 2011, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquela data, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a sociedade e suas controladas. As transações e saldos com partes relacionadas são representados por contratos de mútuo remunerados à taxa equivalente à variação da LIBOR, adicionados de juros de 3% ao ano e contratos de prestação de serviços. Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado estão demonstrados conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>
Ativo - realizável a longo prazo				
Partes relacionadas - contrato de mútuo				
Compañia Tilestar S.A. (i)	82.544	85.780		
Gradiente China Office Ltda.				
Celtra S. A.				
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	82.544	85.780		
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Passivo – circulante				
Partes relacionadas - contrato de mútuo				
Pókios Armazéns Gerais Ltda.				
Celtra S.A.				
NPG Adm e Part Ltda.	423	417		
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	423	417		
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

(i) Refere-se substancialmente à compra do eurobônus mencionada na Nota 11.

8 Outros valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/03/2011	30/06/2011	31/03/2011
Curto prazo				
Prêmios de seguros a apropriar				
Adiantamentos a fornecedores	3.313	3.184	3.184	3.184
Adiantamentos de folha de pagamento	38	40	38	40
Outros	1.725	1.292	1.725	1.292
	5.076	4.516	5.076	4.516

9 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/03/2011	30/06/2011	31/03/2011
Participações em controladas	148.065	147.661		
Outros investimentos				
	148.065	147.661		

10 Imobilizado

	Taxa depr. Anual - %	Controladora					
		30/06/2011			31/03/2011		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos		25.608		25.608	25.608		25.608
Edifícios	4	60.192	(12.720)	47.472	60.192	(12.720)	47.472
Máquinas e equipamentos	4	32.552	(20.758)	11.794	32.552	(20.758)	11.794
Móveis e utensílios	10	5.371	(4.794)	577	5.371	(4.794)	577
Equipamentos de informática	24	36.746	(36.731)	15	36.746	(36.731)	15
Aparelhos e instrumentos	12	12.403	(10.022)	2.381	12.403	(10.022)	2.381
Ferramental	13	25.935	(13.066)	12.869	25.935	(13.066)	12.869
Instalações	10	15.097	(7.358)	7.739	15.097	(7.358)	7.739
Outros	16	94	0	94	94	0	94
		213.998	(105.449)	108.549	213.998	(105.449)	108.549

Custo Atribuído

A Sociedade efetuou uma análise de todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído (deemed cost). Os valores justos utilizados nesta adoção foram ajustados nos saldos de abertura com efeito registrado a partir de 1º de janeiro de 2010.

A seguir apresentamos a movimentação consolidada do ativo imobilizado:

	Taxa depr. Anual - %	Controladora					
		30/06/2011			31/03/2011		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos		25.608		25.608	25.608		25.608
Edifícios	4	60.192	(12.720)	47.472	60.192	(12.720)	47.472
Máquinas e equipamentos	4	32.552	(20.758)	11.794	32.552	(20.758)	11.794
Móveis e utensílios	10	5.371	(4.794)	577	5.371	(4.794)	577
Equipamentos de informática	24	36.746	(36.731)	15	36.746	(36.731)	15
Aparelhos e instrumentos	12	12.403	(10.022)	2.381	12.403	(10.022)	2.381
Ferramental	13	25.935	(13.066)	12.869	25.935	(13.066)	12.869
Instalações	10	15.097	(7.358)	7.739	15.097	(7.358)	7.739
Outros	16	94	0	94	94	0	94
		<u>213.998</u>	<u>(105.449)</u>	<u>108.549</u>	<u>213.998</u>	<u>(105.449)</u>	<u>108.549</u>

11 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/03/2011	30/06/2011	31/03/2011
Curto prazo				
Moeda nacional				
Capital de giro	116	116	116	116
	<u>116</u>	<u>116</u>	<u>116</u>	<u>116</u>
Longo prazo				
Moeda estrangeira				
Eurobônus (ii)	230.608	233.442		
	<u>230.608</u>	<u>233.442</u>		

Em dezembro de 2008, os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, integralmente compostos pela modalidade Resolução no. 2770, foram substancialmente empregados para capital de giro e estavam sujeitos a taxas de juros de 9,7% a 13,5% a.a. (LIBOR mais "spread"), acrescidos de variação cambial. Em 31 de março de 2009, os valores foram reclassificados para a conta de credores conforme plano de recuperação judicial e as condições para pagamento descritas na nota explicativa n 12.

Em 31 de dezembro de 2008, os empréstimos e financiamentos em moeda nacional foram empregados para capital de giro, incidindo juros entre 3,0% a 6,3% ao ano adicionados da variação do CDI e para o empréstimo com o BNDES, Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 3,5% ao ano, acrescido do custo de 2,5% da fiança bancária do Banco Bradesco. Em 31 de março de 2009, os valores foram reclassificados para a conta de credores conforme plano de recuperação judicial e as condições para pagamento descritas na nota explicativa n 12

Os montantes ao longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/03/2011	30/06/2011	31/03/2011
	230.608	233.442		
	230.608	233.442		

(i) Eurobônus -

Em 11 de julho de 1997, a Companhia emitiu eurobônus no valor bruto de US\$ 100.000 (equivalente a R\$ 177.130 em 31 de dezembro de 2007), sujeitos a juros de 2,0% a.a., pagáveis semestralmente, e que contêm cláusulas restritivas convencionais relativas à: garantias, vendas, transferências ou arrendamento de ativos substanciais e endividamento da Companhia e de empresas controladas.

Entre 30 de setembro de 1999 e 11 de julho de 2002, a Companhia efetuou por meio de sua subsidiária integral Companhia Tilestar S.A., a compra integral dos referidos eurobônus.

12 Credores -

No dia 24 de setembro de 2009, foi firmado o Plano de Recuperação extrajudicial da IGB perante aos seus credores bancos e fornecedores, representando mais de 67% de sua dívida total. Nesse acordo ficou estabelecido o plano de alongamento da dívida da IGB estabelecimento de novos prazos e condições para pagamento do saldo devedor.

O “Plano de Recuperação Extrajudicial” da “Gradiente” doravante denominado simplesmente “Plano” foi protocolado em Juízo no dia 09 de Dezembro de 2.009 e homologado em 24 de maio de 2010.

Em 25 de março de 2011, foi firmado pelos credores um aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial, que contou com a adesão de credores que representam 66,3% dos créditos, que atualiza os prazos e condições de pagamento, conforme descrito abaixo:

O saldo devedor será pago aos credores abrangidos pelo Plano de recuperação da seguinte forma:

1) Credores com valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

a) Prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data em que ocorrer a finalização da capitalização da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A “CBTD” datada de 30.06.2011. Os valores dos créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, serem utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor que será pago na forma disposta no item “b” deste subitem;

b) Findo o prazo de carência o saldo devedor será dividido em 28 (vinte e oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, a serem pagas no prazo de 07 (sete) anos. Cada parcela será acrescida de sua correspondente atualização monetária calculada pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano.

2) Credores com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

a) Os credores de valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deverão ser pagos em parcela única até 30 de junho de 2013; e

b) Os credores de valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) deverão ser pagos em 3 (três) parcelas iguais até 30 de junho de 2013, 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2015

c) Esses créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a contar da data em que ocorrer a finalização da capitalização da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A “CBTD”, datada de 30.06.2011, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano, durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor. Cada parcela será paga acrescida de sua correspondente atualização monetária, calculada na forma supra mencionada ou, na hipótese de haver a impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano.”

As garantias oferecidas pela IGB ou por terceiros, exceto recebíveis, em contrapartida aos créditos abrangidos por esse Acordo, continuarão em vigor até o pagamento final dos valores devidos pela IGB, sendo que durante a vigência do presente Acordo, desde que regularmente cumprido, não poderão ser executados pelos credores abrangidos pelo Plano de Recuperação, por força do parágrafo 1 do artigo 163 da lei 11.101/05, seja em juízo ou fora dele.

Valor Total da Dívida em 21/09/2009:

Descrição – R\$ Mil	Set/2009
Credores acima de R\$ 1.000,0	367,09
Credores acima de R\$ 20,0 e abaixo de R\$ 1.000,0	23,94
Credores acima de R\$ 1,0 e abaixo de R\$ 20,0	3,99
	395,02

O acordo será pago conforme os prazos de vencimento descritos abaixo:

Vencimento	R\$ Mil
2013	57,67
2014	67,53
2015	68,42
2016	66,70
2017	68,72
2018	67,82
2019	64,24
2020	15,78

A Companhia Brasileira de Tecnologia Digital – CBTD se compromete a pagar, por conta e ordem da IGB, a dívida e encargos de credores, de acordo com disposições existentes em contrato.

13 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/03/2011	30/06/2011	31/03/2011
Curto prazo				
PIS e COFINS	674	660	674	660
ICMS	6.262	6.082	6.475	6.290
IPI	441	432	441	432
Imp Renda e Contrib Social	3.167	2.906	3.254	2.984
Outros	9.206	8.994	9.233	9.020
	19.750	19.074	20.077	19.386

14 Parcelamento de impostos

	Controladora		
	valor integral	valor com desconto	Valor com prejuízo fiscal e base negativa
Dívida ativa	156.462	112.992	81.286
Processos administrativos	271	206	82
Previdenciário	5.696	3.896	2.937
	162.429	117.094	84.305
	Consolidado		
	valor integral	valor com desconto	Valor com prejuízo fiscal e base negativa
Dívida ativa	156.462	112.992	81.548
Processos administrativos	271	206	82
Previdenciário	5.696	3.896	2.937
	162.429	117.094	84.567

A Sociedade optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos

que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos no dia 13 de agosto de 2010. A adesão incluiu parcelamento de suas contribuições previdenciárias, débitos juntos a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao parcelamento irá proporcionar à Companhia parcelamento do principal em 180 meses com reduções de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais.

Atualmente, a Sociedade aguarda a consolidação dos débitos parcelados no REFIS IV e, até que ocorra esse evento, já cumpre com o pagamento de parcelas mínimas impostas por esse novo programa de parcelamento. A Sociedade finalizou a análise de prejuízos fiscais disponíveis para abatimento de dívidas no âmbito do REFIS IV e aguarda normatizações de seu uso por parte da Receita Federal do Brasil.

15 Provisão para contingências

Em 30 de Junho de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam processos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos externos da Companhia. Dessa forma, constituiu provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis.

Controladora					
30/06/2011			31/03/2011		
Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo líquido
Tributários	(36.147)	(34.261)	.	(34.261)	(34.261)
Trabalhista	(19.960)	(19.318)		(19.318)	(19.318)
	(56.107)	(53.579)		(53.579)	(53.579)

Consolidado					
30/06/2011			31/03/2011		
Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo líquido
Tributários	(36.339)	(36.339)		(34.448)	(34.448)
Trabalhista	(21.239)	(20.556)		(20.556)	(20.556)
	(55.004)	(55.004)		(55.004)	(55.004)

Os processos tributários têm como principal ação, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido, referente à compensação a maior de base de cálculo negativa de 31 de outubro de 1994, exclusão indevida de resultados declarados em 31 de dezembro de

1995 e de 1996 de bases de cálculos negativas referente a prejuízos anteriores a 1992.

Os processos trabalhistas correspondem a processos trabalhistas principalmente relacionados a reclamações de horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias e reconhecimento de vínculo empregatício.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social autorizado pelo Conselho de Administração era de R\$ 41.000, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 12.504.967 (doze milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações, sendo composto por ações escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

<u>Classe</u>	<u>30/06/2011</u> <u>Quantidade</u>	<u>31/03/2011</u> <u>Quantidade</u>
Ordinárias	12.504.967	12.504.967
	<u>12.504.967</u>	<u>12.504.967</u>

A Companhia realizou em 30 de janeiro de 2007, Assembléia Geral Extraordinária para a redução do capital social da Companhia, de R\$ 222.890.767,27 (duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e noventa mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e sete centavos) para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sem modificar o número de ações de emissão da Companhia, mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 221.890.767,27 (duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e noventa mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e sete centavos).

Converteu as ações preferenciais de classe "A" em 1.980.654 (um milhão, novecentos e oitenta mil, seiscentos e cinqüenta e quatro) em ações preferenciais de classe "B" e 1.980.654 (um milhão, novecentos e oitenta mil, seiscentos e cinqüenta e quatro), em ações preferenciais de classe "C".

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2007, aprovou a conversão das ações preferenciais de classes "B" e "C", em ações ordinárias na proporção de 1 para 1 e com direito a voto. As ações da companhia passarão a ser

divididas em 10.504.967 (dez milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações ordinárias.

Em 2 de abril de 2007, o Conselho de Administração deliberou o aumento do capital social da Companhia, a ser objeto de subscrição particular, o capital social da Companhia é aumentado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais), e observadas às seguintes condições:

- a. Valor do Aumento de Capital: R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);
- b. Quantidade de Ações a serem Emitidas: 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias;
- c. Preço de Emissão e Subscrição: R\$20,00 (vinte reais);
- d. Condições de Integralização: à vista, no ato da subscrição;
- g. Em julho de 2007 as sobras das ações ordinárias foram negociadas e totalmente subscritas.

As novas ações ordinárias participarão em igualdade de condições em todos os benefícios, incluindo dividendos e eventuais remunerações de capital, que porventura venham a ser deliberados pela Companhia a partir de sua data de emissão.

17 Outras despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/03/2011	30/06/2011	31/03/2011
Despesas				
Impostos e contribuições s/outras operações	1		1	
Provisões para estoques obsoletos				
Custos com alienações permanentes				
Provisões para contingências	4.061	3.340	4.061	3.340
Provisões diversas				
Perda de investimentos				
Outras despesas				
	4.062	3.340	4.062	3.340
Receitas				
Aluguéis	3.487	1.002	3.487	1.002
Receitas com alienações permanentes				
Outras receitas	19.150	1.400	19.150	1.400
	22.637	2.402	22.637	2.402
	18.575	938	18.575	938

18 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/03/2011	30/06/2011	31/03/2011
Receitas				
Variações cambiais e monetárias sobre fornecedores e empréstimos	10.510	3.750	10.510	3.750
Variações cambiais sobre contratos de mútuo				
Juros ativos	736	479	736	479
Juros sobre impostos a recuperar	18	18	18	18
Juros sobre contratos de mútuo	663	338	663	338
Outros				
	11.927	4.585	11.927	4.585
Despesas				
Variações cambiais sobre contratos de mútuo	5.530	1.969	5.530	1.969
Variações cambiais e monetárias s/ fornecedores e empréstimos				
Juros e encargos sobre empréstimos	8.101	4.140	8.101	4.478
Juros com impostos	6.264	886	6.264	960
Juros passivos	1	1	1	1
Descontos concedidos				
Atualização monet.s/provisões p/ contingências				
Despesas bancárias com cobrança e diversas	4	2	4	2
	19.900	6.998	19.900	7.411
	7.973	2.413	7.973	2.825

19 Impostos e contribuições

(a) Benefícios fiscais -

A Companhia encontra-se em área incentivada - Zona Franca de Manaus - possuindo benefícios que dão direito à isenção e restituições de impostos.

(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>
Prejuízo antes do imposto de renda	<u>(496.515)</u>	<u>(497.442)</u>	<u>(496.515)</u>	<u>(497.442)</u>
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>168.615</u>	<u>169.130</u>	<u>168.615</u>	<u>169.130</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, não registrados pela companhia, conservadoramente, devido aos prejuízos dos últimos exercícios.

20 Fatores de risco de mercado -

As atividades da Companhia e de suas controladas compreendem receitas provenientes de Royalties – arrendamento de marca e equipamentos e locação e administração de imóveis industriais e comerciais. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio podem ser assim descritos:

(a) Contrato de Arrendamento:

Não pagamento do Contrato de Arrendamento por parte da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A “CBTD”

O Contrato de Arrendamento celebrado entre a IGB Eletrônica S.A e a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A foi aprovado através de assembléia de acionistas da companhia. Os prazos de pagamento do Contrato de Arrendamento estão casados com os prazos de pagamento dos credores da IGB conforme Aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial já mencionado na nota 12.

(b) Reajuste do Valor da locação conforme IGMP – FGV:

O reajuste anual dos contratos de locação é de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM – FGV) tomando-se por base a variação do mês de assinatura do contrato de locação e o acumulado-a até aquela verificada no mesmo mês de cada ano subsequente.

a. Contrato de Locação:

Atraso ou inadimplência no Contrato de Locação pela locatária do imóvel.

Existe ainda o risco de quebra de contrato de locação por parte da locatária antes do fim do prazo estipulado. Uma vez que tal contrato não seja feito em caráter irrevogável irretratável.

21 Instrumentos financeiros - valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e pelas respectivas apropriações de receitas e despesas.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros foram estimados de acordo com os contratos firmados recentemente e com as informações obtidas de instituições financeiras, e os valores estimados de mercado comparados aos saldos contábeis estão apresentados no quadro seguinte:

	Controladora – 2011	
	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	230.608	223.854

Em 31 de dezembro de 2010, a companhia não possui operações com derivativos para fins de apresentação do quadro análise de sensibilidade em atendimento às instruções CVM 475/08 e 550/08.

22 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros parcial para os bens do ativo imobilizado são realizadas pelos locatários dos imóveis a favor da companhia. As coberturas de seguros existentes são consideradas pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

23 Auditoria externa

Nos termos da Instrução CVM No. 381/2003 informamos que a IGB Eletrônica S.A. contratou a BC Control Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, cabe mencionar que a BC Control não prestou outros serviços diretamente vinculados à auditoria das demonstrações contábeis. A nossa prática na contratação de serviços de auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

* * *